CORREIO ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



São 20,3 milhões de devedores de risco

BC: número de superendividados no país cresceu 75% em cinco anos

O número de brasileiros em situação de endividamento de risco chegou a 20,3 milhões em junho de 2026, alta de 75% em cinco anos, informou nesta terça-feira (27) o Relatório de Estabiliadde Financeira do Banco Central (BC).

O contingente representa 17% dos devedores do Sistema Financeiro Nacional. Diante do avanço do problema, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que a instituição pretende anunciar novas medidas para conter ofertas agressivas de crédito ainda este ano

Segundo Galípolo, as próximas iniciativas devem priorizar consumidores que já utilizam o crédito rotativo do cartão ou apresentam atrasos significativos no pagamento das dívidas. "Pretendemos adicionar medidas ainda este ano", afirmou o presidente do BC. Ele destacou a preocupação com pessoas que já enfrentam juros elevados e dificuldades financeiras.

Durigan prega diálogo para cumprir meta fiscal

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, assegurou, nesta terça-feira (27), em Brasília, que o governo federal vai discutir com agentes do mercado financeiro e do setor privado em geral medidas de ajuste que favoreçam o cumprimento da meta fiscal.

"Nosso compromisso é com a responsabilidade fiscal, com a estabilidade fiscal e isso vai ser buscado com diálogo", disse o ministro a jornalistas ao chegar, nesta manhã, ao Ministério da Fazenda.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Proposta de ampliar contingenciamento é uma das medidas

Tesouro anuncia nova recompra de títulos

O Tesouro Nacional anunciou nesta terça-feira (27) que vai recomprar Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) com vencimentos em 15/08/2030, 15/05/2035, 15/08/2040 e 15/05/2045. O edital com as condições do leilão de recompra será divulgado no site da instituição. A medida foi autorizada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, que disse a jornalistas, em Brasília, que a recompra dos títulos seria anunciada "na medida em que estivessem colocadas as condições e a necessidade [do governo federal] de fazer uma intervenção".

Também foi cancelado o próximo leilão

Ao comunicar que prepara um novo leilão de recompra de títulos, a Secretaria do Tesouro também anunciou o cancelamento do próximo leilão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Conhecidas como Tesouro Selic, as LFTs são títulos públicos de renda fixa indexados à Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Na segunda (26), o Tesouro Nacional recomprou mais de R$ 14,8 bilhões em títulos públicos.

Preços da indústria I

Os preços da indústria brasileira registraram alta de 1,54% em setembro de 2026, segundo o Índice de Preços ao Produtor (IPP). O resultado representa aceleração em relação a agosto, quando a variação foi de 0,34%, e levou o acumulado do ano para 5,04%. Na comparação com setembro de 2025, o índice acumulou alta de 4,34%.

Preços da indústria II

O IPP mede a variação dos preços dos produtos na saída das fábricas, sem considerar impostos e fretes, acompanhando o comportamento dos preços nas indústrias extrativas e de transformação. Entre as 24 atividades industriais investigadas, 16 apresentaram aumento de preços em setembro, número superior ao observado em agosto.

Perdão de dívidas I

O governo federal iniciou o envio de notificações aos MEI contemplados com o perdão de débitos tributários federais. Os avisos estão chegando por mensagem de WhatsApp e pela Caixa Postal do aplicativo gov.br. A medida tem o objetivo de avisar quem tem direito à anistia e evitar pagamentos indevidos de dívidas que serão extintas.

Perdão de dívidas II

No entanto, o envio de mensagens acendeu o alerta para o risco de fraudes e gerou dúvidas sobre o que realmente foi perdoado. Para orientar o microempreendedor, o Sebrae preparou um guia de perguntas e respostas com base nas informações oficiais do governo federal, por meio do Ministério do Empreendedorismo, da MEMP.

Dólar cai quase 1% I

O mercado financeiro apresentou movimentos de acomodação nesta terça-feira (27), após a forte reação da véspera à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O dólar fechou em queda próxima de 1% e ficou abaixo de R$ 5,35. A bolsa recuou cerca de 0,5%. A sessão foi marcada pela correção cambial após a disparada da véspera.

Dólar cai quase 1% II

O dólar à vista encerrou o pregão em baixa de 1,07%, a R$ 5,349, após subir mais de 8% na segunda-feira (26), quando a moeda estadunidense registrou sua maior alta diária desde janeiro de 1999. A divisa recuou ao longo de toda a sessão e chegou à mínima de R$ 5,316 pela manhã. Em 2026, o dólar acumula queda de 2,55%.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



A medida busca reduzir os impactos da alta internacional do petróleo

Subsídio do governo acende alerta jurídico para empresas

Prorrogação de benefício de R$ 2,12 por litro exige transparência nos preços

Da **Redação**

A decisão do governo federal de prorrogar por mais 30 dias a subvenção de R$ 2,12 por litro de diesel reacende uma discussão que vai além do preço dos combustíveis: quais são as obrigações legais das empresas beneficiadas e como garantir que o incentivo seja efetivamente refletido no mercado?

A medida busca reduzir os impactos da alta internacional do petróleo, preservar o abastecimento e conter pressões sobre o transporte e os preços de produtos e serviços. Porém, especialistas da DAP Advocacia alertam que a continuidade do benefício também exige atenção às regras fiscais, à fiscalização e à segurança jurídica das operações.

A Medida Provisória nº 1.391/2026 determina que produtores e importadores participantes do programa deduzam do preço de venda o valor correspondente à subvenção e identifiquem o desconto nas notas fiscais eletrônicas. O cumprimento dessas exigências é condição para o recebimento dos recursos públicos.

Para Adriano de Almeida, advogado tributarista e sócio da DAP Advocacia, o ponto central é assegurar que os incentivos sejam acompanhados de controles e transparência.

"Quando o governo concede uma subvenção dessa magnitude, não basta disponibilizar recursos públicos. É necessário garantir que as empresas cumpram as obrigações previstas na legislação, especialmente na formação dos preços e na documentação fiscal. O descumprimento dessas condições pode gerar questionamentos administrativos e consequências financeiras para os beneficiários", explica Adriano.

O Decreto nº 13.121/2026 estabelece mecanismos de comprovação do desconto aplicado e de verificação das informações apresentadas pelas empresas. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é responsável pela habilitação dos participantes, apuração e pagamento dos valores.

Além do cumprimento das exigências legais, a renovação do subsídio levanta preocupações sobre a previsibilidade econômica. Como o benefício é temporário e pode sofrer alterações conforme as condições do mercado, empresas que dependem do transporte rodoviário precisam considerar diferentes cenários no planejamento financeiro.